

Tarso diz que estatização de vagas terá custo zero nas filantrópicas

Entrevista do ministro da Educação, Tarso Genro, publicada no jornal Folha de São Paulo no dia 13 de abril de 2004.

Segundo ministro, isenção já consta da Constituição

Luciana Constantino da Sucursal de Brasília

Com o argumento de que o Universidade para Todos terá custo zero no caso de instituições filantrópicas, o ministro da Educação, Tarso Genro, disse ontem que o programa "custará", no máximo, R\$ 200 milhões.

Esse seria o valor a ser concedido em isenção de tributos para instituições privadas de ensino superior com fins lucrativos, caso todas aderissem ao programa. O *Universidade para Todos* prevê a "estatização" de vagas em particulares para destiná-las a alunos carentes, incluindo negros.

Tarso usa o custo do Fies (financiamento do ensino superior), que neste ano pode atingir até R\$ 1 bilhão, para dizer que o programa será mais barato.

Para o ministro, não é possível incluir a isenção já concedida às filantrópicas, prevista na Constituição, na conta. Reportagem publicada ontem pela Folha apontou que, atualmente, as filantrópicas são beneficiadas com R\$ 839,7 milhões de isenção fiscal ao ano.

O programa teve sua criação adiada para a próxima quinta-feira, por meio de medida provisória a ser assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto.

Folha de S.Paulo- Por que não é possível incluir a isenção das filantrópicas no custo do Universidade para Todos?

Tarso Genro - O Universidade para Todos não tem relação com a isenção de pagamento de impostos para as filantrópicas, que data da Constituição de 1988. Essa isenção já existe sem o oferecimento das vagas. O que o Universidade para Todos faz é tomar como obrigação que 20% do faturamento bruto dessas instituições seja transformado em vagas. O programa não fornece nenhuma isenção para as filantrópicas.

Folha - Mas críticos do Universidade para Todos dizem que a isenção poderia ser repensada.

Tarso - Nenhuma instituição até agora, seja UNE, Andifes ou qualquer outra, propôs que fosse extinta a isenção originária da Constituição de 1988 para as filantrópicas. Essa proposta não existe. O que a Andifes criticou foi a

pequena isenção para as "empresas de ensino", entendendo que esses recursos não deveriam ser trocados por vagas. Trata-se da discussão de parte do Universidade para Todos, não do projeto. Essas vagas das "empresas" se tornarão públicas por 20% a 25% do que custa uma vaga do Fies, esta sim paga.

Folha - Qual será o custo?

Tarso - Se todas as "empresas de ensino" aderissem, o que efetivamente não vai ocorrer, o custo do Universidade para Todos seria em torno de R\$ 200 milhões. Ou seja, 20% do gasto com o Fies.

Folha - E o custo da isenção concedida às filantrópicas?

Tarso - Comparado com a situação atual, é custo zero nas filantrópicas. Estamos regulamentando uma filantropia já existente. As filantrópicas não devem para a União. É a Constituição que diz isso. Portanto, não há renúncia, porque elas não são empresas ou instituições que possam ser taxadas. O que estamos fazendo é regulando a caracterização da filantropia a custo zero e transformando em vagas.

Folha - Já que a isenção das filantrópicas existe e não há contrapartida das vagas, não seria o caso de aumentar a fiscalização?

Tarso - Não, porque a lei determina a resposta da gratuidade de maneira genérica. O Universidade para Todos é o contrário. Torna transparente o retorno da gratuidade.

Folha - E como será a fiscalização?

Tarso - De forma quantitativa. Com a regulamentação, as vagas podem ser fiscalizadas pelo MEC.